



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE

PROVA OBJETIVA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE SOCIAL

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no processo seletivo público.

2. **O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

A educação é fundamental para a sociedade.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do processo seletivo simplificado no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I Pés juntos

Assim como é evidente a burrice dos que fizeram o texto da propaganda do chinelo, é evidente, por si próprio, sem necessidade de adjetivos, o significado gigantesco do contrato de Vercaro com a família Moraes

Alexandre Garcia

Na semana do fiasco científico que foi o segundo fracasso consecutivo de lançamento em Alcântara, caminhamos também no nível do chinelo no debate político. Explodiu como o foguete espacial a fala publicitária de Fernanda Torres, de que não devemos entrar em 2026 com o pé direito. “O que eu desejo é que você comece o ano com os dois pés”. Antes de ser uma proclamação ideológica, a frase é uma tremenda burrice. Ora, quem entra com os dois pés ou está numa maca, ou numa cadeira de rodas ou num caixão. As pessoas que não estão nesses casos avançam, alternando as pernas, para caminhar ou usar escadas. Ninguém consegue fazer isso com os dois pés à frente a menos que esteja sobre patins. E chinelos não têm rodas.

O texto dado a Fernanda ressalva: “Não é nada contra a sorte”. Pois tampouco é uma questão de superstição. É cultural. Na nossa língua de origem, esquerda é *sinistra*. No *Credo*, Cristo está à direita de Deus-Pai. Está em *Eclesiastes*, 10-2: “O coração do sábio se inclina para a direita, mas o coração do tolo, para a esquerda”. “Senta-te à minha direita” está na literatura. Usa-se a mão direita para cumprimentar. E o pé direito para entrar. Ou, no ano eleitoral, estando em campanha, aconselha-se evitar o uso da direita. Como reação, o boicote contra as Havaianas não deu certo, pelo menos no shopping que eu frequentei: a loja estava lotada.

Não deu certo? Deu sim. As notícias sobre o caso Moraes-Master ficaram em segundo plano, enquanto corre solto com os dois pés o debate altamente grego no nível chinelar. Assim como é evidente a burrice dos que fizeram o texto da propaganda do chinelo, é evidente, por si próprio, sem necessidade de adjetivos, o significado gigantesco do contrato de Vercaro com a família Moraes. Mas poucos vão além do chinelo. Quanto mais Moraes emite notas para explicar o que já se explicou sozinho, mais Moraes mete os dois pés na jaca, como aconselha Fernanda Torres.

O senador Alessandro Vieira (MDB Sergipe), delegado de polícia, quer comissão parlamentar para investigar. Mas já começaram as férias legislativas, e só 2026 pode descobrir, por exemplo, quem Toffoli acha que deve ser protegido pelo sigilo no caso Master – e por quê? Não sei com que pé devemos entrar no ano novo para ter garantia de transparência no que parece ser advocacia administrativa pressionando o Banco Central ou o Governador de Brasília, que defendeu a compra do falido Master pelo banco estatal do Distrito Federal. O governador Ibaneis, destituído provisoriamente por Moraes, retornou ao posto e depois defendeu o negócio com o Master, conseguindo aprovação da operação no legislativo local. E ninguém mais incomodou o governador pelo 8 de janeiro.

Uma CPI esclarece essas coisas, assim como a atuação de ministros do Supremo através de suas esposas, advogados de sucesso. Advocacias anexas podem ser soluções, mas logo serão sérios problemas, se o país for além dos chinelos. É a sina das mulheres dos céasares; se advogassem na comarca de

Boa Vista ou Rio Branco, estariam acima de suspeitas. Mas em Brasília, e tendo clientes como J&F Master, as tentações são grandes e as suspeitas do mesmo tamanho – a menos que houvesse uma decisão ética dos parentes e afins de, por razões éticas, manterem distância sanitária entre as bancas de advocacia e o tribunal. Evitaria contaminação e seria moralmente saudável.

Com os dois pés na jaca, o Ministro Moraes emitiu uma segunda nota no mesmo dia, o que, por si, é revelador. *O meio é a mensagem* – descobriu McLuhan. A segunda explicação veio depois que o distinto público entendeu a resposta do Banco Central apenas confirmando que em reuniões com Moraes tratou-se, sim, de efeitos da Magnitsky – sem negar que tivessem tratado do Master. O Ministro, então, fez uma nova nota, afirmando que o escritório de Viviane e filhos jamais tratou de interesses do Master no Banco Central. Daí se deduz que ele já fala pelo escritório, e que lhe é literalmente familiar e, não menos revelador, que Vercaro pagou R\$ 3,6 milhões por mês, mas o escritório não o defendeu da liquidação pelo Banco Central. Pagou por que serviço?

Parafraseando o Barão de Itararé: Ou restaure-se a moralidade, ou nos afundamos como civilização. Fachin quer código de conduta porque os supremos estão acima do Conselho Nacional de Justiça e da Lei Orgânica da Magistratura. Gilmar tem boas razões para alegar que não precisa. Também acho, mas tenho razões diferentes: código de conduta é forjado na medula desde criança, em casa. Tem que ser da natureza das pessoas. A civilização brasileira voltará à selvageria se a ética entrar em 2026 com os dois pés – pés juntos, como num caixão.

Fonte: GARCIA, Alexandre. *Pés juntos*. <https://revistaeste.com/revista/edicao-302/pes-juntos/> (adaptado)

01. Sobre o texto I, é correto afirmar que:

- Por pertencer à modalidade jornalística, o autor se valeu integralmente da variedade padrão e da imparcialidade discursiva para debater o tema proposto.
- O discurso do autor se concentrou exclusivamente na repercussão negativa em torno da publicidade da marca de calçados.
- Por se tratar de um Artigo de opinião, o articulista prescindiu de fatos objetivos para o embasamento de suas ideias, já que estas devem ser integralmente argumentativas.
- O autor expôs criticamente que o país está desprovido de ameaças quanto à sua democracia no que tange aos casos de corrupção expostos.
- O articulista se valeu da propaganda de uma empresa para embasar sua crítica quanto a um ato ilícito, o que, na sua visão, deprecia a ética nacional.

02. Leia as afirmações abaixo sobre o texto I antes de julgar o que se pede.

- Tanto o fiasco científico do lançamento do foguete em Alcântara, quanto a infeliz publicidade das Havaianas se equivalem, na visão autoral, quanto ao que ele chama de “proclamação ideológica”.
- “O que eu desejo é que você comece o ano com os dois pés” (1º par.) representa um pensamento ratificado pelo autor no mesmo parágrafo em termos de expectativas que se renovam com a virada de ano.
- A infeliz fala da atriz na propaganda representa uma ação que, na visão autoral, fora intencionalmente orquestrada, a fim de desviar o foco do real escândalo em evidência remissivo às denúncias de tentativa de favorecimento quanto ao processo do



banco Master e o escritório de advocacia da esposa do ministro Moraes.

() Em “É a sina das mulheres dos césaes; se advogassem na comarca de Boa Vista ou Rio Branco, estariam acima de suspeitas. Mas em Brasília, e tendo clientes como J&F Master, as tentações são grandes e as suspeitas do mesmo tamanho – a menos que houvesse uma decisão ética dos parentes e afins de, por razões éticas, manterem distância sanitária entre as bancas de advocacia e o tribunal. Evitaria contaminação e seria moralmente saudável.” (5º par.), Alexandre Garcia, ao mesmo tempo que lança um comentário irônico, defende que, de forma ética e moral, deveria haver a suspeição no caso citado.

() Em “O Ministro, então, fez uma nova nota, afirmando que o escritório de Viviane e filhos jamais tratou de interesses do Master no Banco Central. Daí se deduz que ele já fala pelo escritório, e que lhe é literalmente familiar e, não menos revelador, que Vercaro pagou R\$ 3,6 milhões por mês, mas o escritório não o defendeu da liquidação pelo Banco Central. Pagou por que serviço?” (6º par.), o articulista sugere que tenham sido colocados em evidência interesses escusos no processo de contratação do réu por parte do escritório de advocacia da esposa do ministro Moraes, o que é reforçado pela pergunta retórica em destaque.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pela ordem, pode-se afirmar que a sequência correta é:

- a) F – F – V – F – F.
- b) V – F – V – V – V.
- c) F – V – V – V – F.
- d) V – V – F – F – V.
- e) F – F – V – V – V.

03. Leia as afirmações abaixo sobre elementos constitutivos do texto I antes de julgar o que se pede.

I. Em “Na semana do fiasco científico que foi o segundo fracasso consecutivo de lançamento em Alcântara, caminhamos também no nível do chinelo no debate político.

Explodiu como o foguete espacial a fala publicitária de Fernanda Torres, de que não devemos entrar em 2026 com o pé direito.” (1º par.), os vocábulos em destaque possuem sentido ambivalente, na medida em que auxiliam na edificação crítica e satírica por parte do autor.

II. Em “O texto dado a Fernanda ressalva: ‘Não é nada contra a sorte’.” (2º par.), a fala apontada é tratada de maneira convergente por parte do articulista do texto quanto à proclamação ideológica citada no parágrafo anterior.

III. Perguntas como “Não deu certo?” (3º par.), “[...] quem Toffoli acha que deve ser protegido pelo sigilo no caso Master – e por quê?” (4º par.) e “Pagou por que serviço?” (6º par.) foram elaboradas com objetivos distintos a fim de exemplificarem a complexidade que a investigação sugere.

IV. Em “Uma CPI esclarece essas coisas, assim como a atuação de ministros do Supremo através de suas esposas, advogados de sucesso.” (5º par.), o articulista se vale de um tom laudatório a fim de reconhecer a habilidade profissional mencionada no contexto.

Pode-se dizer que está correto o que se afirmou somente em:

- a) I.
- b) II e III.
- c) IV.
- d) I e III.
- e) II e IV.

04. Assinale a alternativa que contenha informação incorreta a respeito de um elemento constitutivo do texto I.

a) Em “O texto dado a Fernanda ressalva: “Não é nada contra a sorte”. Pois tampouco é uma questão de superstição. É cultural.” (2º par.), o elemento coesivo em destaque foi usado para adicionar a fala de Fernanda Torres à ideia defendida por Alexandre Garcia.

b) Em “As notícias sobre o caso Moraes-Master ficaram em segundo plano, enquanto corre solto com os dois pés o debate altamente grego no nível chinelar.” (3º par.), o adjetivo em destaque foi usado para retratar um valor semântico depreciativo no contexto.

c) Em “Não sei com que pé devemos entrar no ano novo para ter garantia de transparência...” (4º par.), o vocábulo em destaque foi usado para expressar uma finalidade diante do contexto ironicamente criado em alusão à polêmica da marca de sandália.

d) Em “A segunda explicação veio depois que o distinto público entendeu a resposta do Banco Central apenas confirmando que em reuniões com Moraes tratou-se, sim, de efeitos da Magnitsky – sem negar que tivessem tratado do Master.” (6º par.), as formas verbais em destaque possuem Sujeito Indeterminado, porém, com estruturas diferentes, haja vista a presença da Voz passiva sintética em “tratou-se”.

e) Em “Parafraseando o Barão de Itararé: Ou restaure-se a moralidade, ou nos afundamos como civilização.” (7º par.), as conjunções alternativas em destaque foram usadas num contexto cuja ideia se mostra convergente com a do articulista.

05. Leia as afirmações a seguir antes de julgar o que se pede.

I. Em “E chinelos não têm rodas.” (1º par.), o verbo destacado tem a justificativa de acentuação remissiva à regra dos monossílabos tônicos.

II. Os vocábulos “próprio” (3º par.) e “polícia” (4º par.) têm a justificativa de acentuação baseada em duas regras: a primeira é a das paroxítonas terminadas em ditongo crescente; e a outra, a das palavras proparoxítonas, já que o encontro vocálico final pode ser compreendido, em separação silábica, como um Hiato.

III. Em “[...] quem Toffoli acha que deve ser protegido pelo sigilo no caso Master – e por quê?” (4º par.) e “Pagou por que serviço?” (6º par.), embora possuam diferentes justificativas quanto à regra de acentuação, as duas expressões foram usadas por serem locuções interrogativas de causa.

IV. Encontram-se em colocação proclítica obrigatória os pronomes oblíquos átonos destacados em “Daí se deduz que ele já fala pelo escritório, e que lhe é literalmente familiar e, não menos revelador, que Vercaro pagou R\$ 3,6 milhões por mês, mas o escritório não o defendeu da liquidação pelo Banco Central.” (6º par.)

Pode-se afirmar que se encontra correto o que foi afirmado apenas em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e III.

06. Assinale a alternativa cujo elemento coesivo em destaque seja diferente dos demais em termos de natureza gramatical.



- a) “Mas já começaram as férias legislativas, e só 2026 pode descobrir, por exemplo, quem Toffoli acha que deve ser protegido pelo sigilo no caso Master – e por quê?” (4º par.)
- b) “Não sei com que pé devemos entrar no ano novo para ter garantia de transparência no que parece ser advocacia administrativa pressionando o Banco Central ou o Governador de Brasília, que defendeu a compra do falido Master pelo banco estatal do Distrito Federal.” (4º par.)
- c) “A segunda explicação veio depois que o distinto público entendeu a resposta do Banco Central apenas confirmando que em reuniões com Moraes tratou-se, sim, de efeitos da Magnitsky...” (6º par.)
- d) “O Ministro, então, fez uma nova nota, afirmando que o escritório de Viviane e filhos jamais tratou de interesses do Master no Banco Central.” (6º par.)
- e) “Daí se deduz que ele já fala pelo escritório, e que lhe é literalmente familiar e, não menos revelador, que Vorcaro pagou R\$ 3,6 milhões por mês, mas o escritório não o defendeu da liquidação pelo Banco Central.” (6º par.)

07. Assinale a alternativa que indique corretamente entre parênteses o tempo e o modo da expressão verbal em destaque.

- a) “O que eu desejo é que você comece o ano com os dois pés”. (Presente do Indicativo).
- b) “É a sina das mulheres dos césores; se advogassem na comarca de Boa Vista ou Rio Branco, estariam acima de suspeitas.” (Pretérito Mais-que-perfeito do Subjuntivo).
- c) “Evitaria contaminação e seria moralmente saudável.” (Pretérito Imperfeito do Indicativo).
- d) “...sem negar que tivessem tratado do Master.” (Pretérito Mais-que-perfeito composto do Subjuntivo).
- e) “A civilização brasileira voltará à selvageria se a ética entrar em 2026 com os dois pés – pés juntos, como num caixão.” (Infinitivo pessoal).

08. Assinale a alternativa cuja função sintática esteja devidamente correta entre parênteses para o termo em destaque.

- a) “Antes de ser uma proclamação ideológica, a frase é uma tremenda burrice.” (Predicativo do objeto).
- b) “As notícias sobre o caso Moraes-Master ficaram em segundo plano, enquanto corre solto com os dois pés o debate altamente grego no nível chinelar.” (Objeto direto).
- c) “Mas já começaram as férias legislativas, e só 2026 pode descobrir, por exemplo, quem Toffoli acha que deve ser protegido pelo sigilo no caso Master – e por quê?” (Sujeito).
- d) “O senador Alessandro Vieira (MDB Sergipe), delegado de polícia, quer comissão parlamentar para investigar.” (Sujeito).
- e) “A segunda explicação veio depois que o distinto público entendeu a resposta do Banco Central...” (Complemento nominal).

09. Leia o fragmento abaixo retirado do texto I.

O texto dado a Fernanda ressalva: “Não é nada contra a sorte”. Pois tampouco é uma questão de superstição. É cultural. Na nossa língua de origem, esquerda é sinistra. No Credo, Cristo está à direita de Deus-Pai. Está em Eclesiastes, 10-2: “O coração do sábio se inclina para a direita, mas o coração do tolo, para a esquerda”. “Senta-te à minha direita” está na literatura. Usa-se a mão direita para cumprimentar. E o pé direito para entrar. Ou, no ano eleitoral, estando em campanha,

aconselha-se evitar o uso da direita. Como reação, o boicote contra as Havaianas não deu certo, pelo menos no shopping que eu frequentei: a loja estava lotada.

Sobre o uso ou não da Crase, assinale a alternativa cuja reescrita do fragmento acima manteve a correção gramatical.

- a) “No Credo, Cristo está a direita de Deus-Pai.”
- b) “Senta-te a minha direita”.
- c) “O coração do sábio se inclina para à direita...”
- d) “Não é nada contra à sorte”.
- e) “Usa-se à mão direita para cumprimentar.”

10. Leia as afirmações abaixo sobre as regras de pontuação segundo a norma culta antes de analisar o que se pede.

- I. Explodiu como o foguete espacial a fala publicitária de Fernanda Torres, de que não devemos entrar em 2026 com o pé direito. “O que eu desejo é que você comece o ano com os dois pés”. – as aspas isolam uma fala de outrem – que não o autor – por discurso direto.
- II. “Com os dois pés na jaca, o Ministro Moraes emitiu uma segunda nota no mesmo dia...” – a vírgula que isola o termo destacado se justifica pelo deslocamento de termo sintático.
- III. “O senador Alessandro Vieira (MDB Sergipe), delegado de polícia, quer comissão parlamentar para investigar.” – as duas vírgulas enumeram termos de mesma função sintática.
- IV. “...mas o escritório não o defendeu da liquidação pelo Banco Central. Pagou por que serviço?” – a interrogação encerra uma pergunta indireta.

Pode-se dizer que se encontra correto o que foi afirmado apenas em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Uma empresa tomou um empréstimo de R\$ 12.000,00 a juros simples, com taxa mensal desconhecida. Após 8 meses, o valor total da dívida chegou a R\$ 15.360,00. Meses depois, a empresa decide fazer um novo empréstimo, agora de R\$ 20.000,00, na mesma taxa mensal do empréstimo anterior, também em juros simples. Se a empresa quiser pagar exatamente R\$ 25.600,00 ao final do novo empréstimo, por quantos meses ela deverá manter o dinheiro aplicado?

- a) 8 meses
- b) 10 meses
- c) 12 meses
- d) 14 meses
- e) 16 meses

12. Uma padaria, dois tipos de massas são produzidos: Tipo 1 e Tipo 2. Cada massa Tipo 1 exige 3 horas de maquinário e 2 horas de trabalho manual. Cada massa Tipo 2 exige 5 horas de maquinário e 1 hora de trabalho manual. Em um determinado dia, a padaria utilizou: 81 horas de maquinário e 33 horas de trabalho manual. Sabendo que todas as massas produzidas foram apenas dos tipos 1 e 2,



determine o número de massas produzidas do tipo 1 e 2 respectivamente:

- a) 10 e 11
- b) 12 e 9
- c) 14 e 7
- d) 15 e 9
- e) 12 e 3.

13. Em uma escola, os alunos serão organizados em grupos todos com o mesmo número de estudantes. A diretora quer que:

- Cada grupo tenha um número de alunos que seja divisor de 84.
- Mas também quer que esse número seja múltiplo de 6.

Com base nessas condições, qual pode ser o número de alunos em cada grupo?

- a) 8
- b) 12
- c) 14
- d) 18
- e) 24

14. Em uma escola, 200 alunos participaram de uma pesquisa sobre cursos extracurriculares. Eles podiam escolher entre:

- Inglês (I)
- Espanhol (E)
- Francês (F)

Os resultados foram: 120 alunos fazem inglês, 90 alunos fazem Espanhol, 70 alunos fazem francês, 50 alunos fazem inglês e espanhol, 40 alunos fazem inglês e francês, 30 alunos fazem Espanhol e francês e 20 alunos fazem os três cursos. Assinale a alternativa correta:

- a) 30 alunos gostam de inglês e espanhol.
- b) 50 alunos não gostam de nenhuma das três disciplinas.
- c) 20 alunos gostam de francês.
- d) 10 alunos gostam de espanhol e francês.
- e) 50 alunos gostam somente de inglês.

15. Uma professora vai escolher 2 alunos entre 5 estudantes para entregar trabalhos na secretaria. Os alunos são: Ana, Bruno, Carla, Diego e Elisa. De quantas maneiras diferentes ela pode escolher esse par de alunos?

- a) 5
- b) 8
- c) 10
- d) 12
- e) 20

CONHECIMENTOS GERAIS

16. O desenvolvimento econômico e social do município de Mirante-BA apresenta características típicas dos municípios do interior do semiárido nordestino. Considerando a formação histórica, o contexto regional e as atividades predominantes, assinale a alternativa correta.

- a) A economia de Mirante consolidou-se majoritariamente a partir da industrialização pesada, com forte presença de parques fabris e polos logísticos regionais.
- b) O desenvolvimento econômico de Mirante está historicamente vinculado à agricultura familiar e à pecuária,

atividades adaptadas às condições climáticas e ambientais da região.

c) O crescimento socioeconômico de Mirante decorreu, prioritariamente, da exploração mineral em larga escala, responsável pela fixação populacional urbana.

d) O município de Mirante desenvolveu-se economicamente com base em atividades portuárias e no comércio internacional.

e) O desenvolvimento social de Mirante ocorreu de forma dissociada da economia rural, sendo impulsionado exclusivamente por políticas de urbanização acelerada.

17. O desenvolvimento social do município de Mirante-BA está intrinsecamente relacionado à sua estrutura econômica e às dinâmicas de ocupação territorial. Sobre essa relação entre economia e desenvolvimento social, assinale a alternativa correta.

a) O desenvolvimento social de Mirante ocorreu de forma independente das atividades econômicas locais, sendo resultado exclusivo de investimentos externos.

b) O crescimento social de Mirante está diretamente associado à rápida industrialização e à migração em massa para centros urbanos.

c) A economia de Mirante é predominantemente terciária, não possuindo vínculos históricos com atividades rurais.

d) O desenvolvimento social de Mirante foi marcado pela ausência de atividades produtivas, dependendo exclusivamente de transferências governamentais.

e) A organização social de Mirante foi favorecida pela consolidação de atividades agropecuárias, que estimularam a formação de comunidades rurais e a expansão gradual do núcleo urbano.

18. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Mirante/BA, acerca da competência privativa do Município, assinale a alternativa correta.

a) Compete privativamente ao Município legislar apenas sobre matérias expressamente delegadas pela União.

b) É competência privativa do Município instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, observada a obrigatoriedade de prestação de contas.

c) A elaboração do orçamento anual é atribuição exclusiva do Estado, cabendo ao Município apenas sua execução.

d) A criação e a supressão de distritos dependem exclusivamente de lei estadual, sendo vedada a iniciativa municipal.

e) A prestação de serviços públicos locais somente pode ocorrer por meio de concessão, sendo vedada a prestação direta pelo Município.

19. De acordo com a Seção I – Da Competência Privativa, do Capítulo IV da Lei Orgânica do Município de Mirante/BA, assinale a alternativa correta.

a) Compete privativamente ao Município organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, inclusive o transporte coletivo, considerado serviço essencial.

b) O Município pode apenas fiscalizar o transporte coletivo, sendo a sua organização atribuição exclusiva do Estado.

c) A concessão de licença para exploração de táxis é competência concorrente entre Município e União.

d) O transporte coletivo urbano não se enquadra como serviço público de interesse local.

e) A fixação de pontos de estacionamento de táxis depende de autorização da Assembleia Legislativa Estadual.



20. No final de 2025, o governo federal brasileiro anunciou um marco internacional na área da saúde: o país se tornou o maior do mundo a eliminar a transmissão vertical do HIV (de mãe para filho). Essa conquista foi alcançada graças a:

- a) Restrição total ao tratamento antirretroviral gratuito no SUS.
- b) Expansão do acesso gratuito à terapia antirretroviral e estratégias modernas de prevenção.
- c) Fechamento de fronteiras para evitar contaminação externa.
- d) Redução dos investimentos públicos em políticas de saúde.
- e) Adoção exclusiva de terapias experimentais não comprovadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A pobreza e a desigualdade social no Brasil constituem fenômenos históricos e estruturais, profundamente vinculados à forma de inserção do país no capitalismo dependente, à concentração de renda e à seletividade das políticas públicas. No âmbito do Serviço Social, a análise desses fenômenos exige a compreensão crítica das determinações econômicas, políticas e sociais que produzem e reproduzem as desigualdades. Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- a) A pobreza no Brasil decorre majoritariamente de fatores individuais, como baixa escolaridade e falta de qualificação profissional, sendo a desigualdade um efeito colateral do crescimento econômico.
- b) A desigualdade social no Brasil é um fenômeno recente, intensificado apenas a partir das reformas neoliberais do século XXI, não possuindo raízes estruturais no processo histórico de formação do Estado brasileiro.
- c) As políticas sociais universais são incapazes de enfrentar a desigualdade social, devendo o Estado limitar-se à oferta de programas focalizados voltados exclusivamente aos grupos em situação de extrema pobreza.
- d) A pobreza e a desigualdade social no Brasil expressam contradições inerentes ao modo de produção capitalista, sendo agravadas pela concentração de renda, pela regressividade do sistema tributário e pelas limitações históricas da proteção social brasileira.
- e) A superação da desigualdade social depende exclusivamente do crescimento econômico sustentado, sendo dispensável a adoção de políticas redistributivas e de ampliação de direitos sociais.

22. No debate contemporâneo sobre pobreza e desigualdade social no Brasil, as políticas de transferência de renda ocupam posição central, especialmente no que se refere ao enfrentamento da pobreza extrema. Entretanto, a literatura crítica do Serviço Social alerta para os limites dessas políticas quando desvinculadas de uma estratégia mais ampla de garantia de direitos. À luz desse entendimento, assinale a alternativa correta.

- a) As políticas de transferência de renda eliminam, por si só, as desigualdades estruturais do capitalismo brasileiro, tornando desnecessária a ampliação de políticas públicas universais.
- b) O enfrentamento da pobreza no Brasil deve priorizar exclusivamente ações emergenciais e assistencialistas, uma vez que políticas estruturantes apresentam baixa efetividade social.

- c) A focalização das políticas sociais é suficiente para promover equidade social, independentemente da articulação com políticas de saúde, educação, trabalho e previdência.
- d) A pobreza extrema pode ser compreendida apenas como insuficiência de renda monetária, não guardando relação com desigualdades de acesso a bens, serviços e direitos sociais.
- e) As políticas de transferência de renda contribuem para a redução da pobreza, mas são insuficientes para enfrentar a desigualdade social se não articuladas a políticas universais e redistributivas.

23. No âmbito do Serviço Social e das políticas públicas brasileiras, o conceito de vulnerabilidade social é amplamente utilizado para a análise das condições de vida de indivíduos, famílias e grupos sociais. Todavia, a perspectiva crítica alerta para o risco de usos reducionistas desse conceito, que podem obscurecer as determinações estruturais da questão social. Considerando essa discussão, assinale a alternativa correta.

- a) A vulnerabilidade social refere-se exclusivamente à incapacidade individual de inserção no mercado de trabalho formal, sendo um fenômeno essencialmente subjetivo.
- b) O conceito de vulnerabilidade social substitui o de pobreza, uma vez que ambos possuem o mesmo conteúdo analítico e político no campo das políticas sociais.
- c) A vulnerabilidade social expressa a exposição diferenciada de sujeitos e grupos às violações de direitos, resultante da interação entre fatores estruturais, territoriais, econômicos e sociais.
- d) A vulnerabilidade social decorre prioritariamente de comportamentos inadequados das famílias, justificando a adoção de medidas punitivas e de controle social.
- e) A vulnerabilidade social deve ser compreendida apenas como situação transitória, não possuindo relação com desigualdades históricas e estruturais.

24. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a noção de risco social é fundamental para a organização dos serviços, programas e benefícios ofertados à população. Essa noção orienta a distinção entre proteção social básica e especial, bem como a definição de estratégias de intervenção profissional. À luz desse entendimento, assinale a alternativa correta.

- a) Situações de risco social caracterizam-se exclusivamente por eventos naturais imprevisíveis, como desastres ambientais, não estando relacionadas a violações de direitos.
- b) O risco social está associado à probabilidade de ocorrência de agravos decorrentes de situações de violação de direitos, demandando intervenções protetivas do Estado.
- c) O risco social é um conceito restrito à política de assistência social, não possuindo interface com outras políticas públicas setoriais.
- d) A identificação do risco social tem por finalidade principal selecionar famílias “aptas” ou “inaptas” ao acesso aos benefícios socioassistenciais.
- e) O risco social refere-se apenas a situações extremas, como abandono ou violência grave, não abrangendo processos de precarização social.

25. A atuação do assistente social frente às situações de vulnerabilidade e risco social exige fundamentação teórica, ética e técnico-operativa, evitando práticas moralizantes ou



de culpabilização dos usuários. Considerando o Código de Ética Profissional e os princípios que orientam o exercício profissional, assinale a alternativa correta.

- a) O reconhecimento da vulnerabilidade social autoriza o assistente social a adotar práticas de controle social, visando à correção de comportamentos considerados inadequados.
- b) A intervenção profissional deve priorizar a responsabilização individual dos usuários, como estratégia de superação das situações de risco social.
- c) A atuação do assistente social deve pautar-se na defesa de direitos, na escuta qualificada e na articulação de políticas públicas, considerando as determinações estruturais da vulnerabilidade e do risco social.
- d) A identificação de situações de risco social implica, necessariamente, a aplicação de medidas coercitivas e punitivas por parte dos serviços socioassistenciais.
- e) O trabalho profissional deve limitar-se à concessão de benefícios eventuais, sendo dispensável a articulação com a rede socioassistencial e intersetorial.

26. A implantação de políticas sociais públicas no Brasil ocorre em um cenário marcado por desigualdades estruturais, limites institucionais e disputas entre diferentes projetos societários. Nesse contexto, o trabalho do assistente social é atravessado por mediações técnicas, éticas e políticas, não se restringindo à execução burocrática de programas, mas assumindo papel estratégico na defesa de direitos e na materialização das políticas sociais. Diante do contexto apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) A atuação do assistente social deve restringir-se ao cumprimento das normas administrativas, evitando posicionamentos críticos.
- b) A neutralidade técnica é condição indispensável para a correta implantação das políticas públicas.
- c) A intervenção do assistente social na implantação das políticas envolve análise crítica da realidade, defesa de direitos e articulação intersetorial.
- d) A formulação e implantação das políticas públicas são atribuições exclusivas dos gestores públicos.
- e) O controle do comportamento dos usuários é o principal fator de efetividade das políticas sociais.

27. Nas políticas sociais públicas, especialmente na política de assistência social, a família é frequentemente adotada como unidade de referência para planejamento e intervenção estatal. Entretanto, abordagens críticas do Serviço Social alertam para os riscos de práticas familistas e moralizantes que transferem para as famílias a responsabilidade exclusiva pela proteção social. No que se refere à atuação do assistente social nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) As políticas públicas devem adotar exclusivamente o modelo de família nuclear tradicional.
- b) A família deve assumir integralmente a responsabilidade pela proteção social de seus membros.
- c) A análise das famílias deve restringir-se aos vínculos afetivos e comportamentais.
- d) A família substitui o papel do Estado na provisão da proteção social.
- e) A atuação profissional considera a diversidade das configurações familiares e as condições socioeconômicas que as atravessam.

28. As políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, no Brasil, são orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que institui o paradigma da proteção integral e rompe com práticas tutelares e repressivas historicamente adotadas. Considerando os fundamentos legais que orientam essa política, é correto afirmar que:

- a) Crianças e adolescentes são objetos de tutela do Estado.
- b) As políticas públicas devem priorizar ações repressivas.
- c) O princípio da proteção integral orienta a atuação do assistente social na implantação das políticas para esse público.
- d) A atuação profissional restringe-se às situações de ato infracional.
- e) As políticas devem ser acionadas apenas após a violação de direitos.

29. O envelhecimento populacional brasileira demanda políticas públicas que superem abordagens assistencialistas e discriminatórias, garantindo direitos, autonomia e participação social das pessoas idosas. No âmbito da política pública voltada à pessoa idosa, assinale a alternativa correta.

- a) A intervenção do assistente social deve combater o idadismo e promover o envelhecimento com dignidade.
- b) O envelhecimento é fenômeno exclusivamente biológico.
- c) As políticas para idosos restringem-se à previdência social.
- d) A institucionalização deve ser a principal resposta às demandas da população idosa.
- e) A atuação profissional é secundária nesse campo.

30. A implantação de políticas públicas para pessoas com deficiência exige a superação de concepções medicalizantes e assistencialistas, adotando uma abordagem fundamentada em direitos e inclusão social. Sob a perspectiva da política social inclusiva, assinale a alternativa correta.

- a) A intervenção do assistente social considera as barreiras sociais, culturais e institucionais à participação social.
- b) A deficiência é exclusivamente uma limitação individual.
- c) A política pública deve restringir-se à reabilitação clínica.
- d) A inclusão social é incompatível com a lógica das políticas públicas.
- e) O atendimento limita-se à concessão de benefícios assistenciais.

31. A população em situação de rua expressa múltiplas dimensões da questão social, relacionadas ao desemprego, à ausência de políticas habitacionais, à ruptura de vínculos e às desigualdades estruturais. A análise do contexto descrito permite concluir corretamente que:

- a) A situação de rua decorre exclusivamente de escolhas individuais.
- b) As políticas públicas devem priorizar ações repressivas.
- c) A atuação do assistente social deve articular políticas de assistência, saúde, trabalho e habitação.
- d) O atendimento deve restringir-se ao acolhimento temporário.
- e) A população em situação de rua não integra o público das políticas sociais.



32. O trabalho infantil constitui grave violação de direitos de crianças e adolescentes, exigindo respostas articuladas do Estado e das políticas públicas. No processo de implantação das políticas sociais voltadas a esse enfrentamento, assinale a alternativa correta.

- a) O trabalho infantil é aceitável em contextos de pobreza.
- b) A erradicação do trabalho infantil é responsabilidade exclusiva da família.
- c) A intervenção do assistente social deve articular políticas de proteção social, educação e geração de renda.
- d) O trabalho infantil contribui para o desenvolvimento da criança.
- e) A atuação profissional limita-se à fiscalização.

33. A exploração e a violência sexual contra crianças e adolescentes configuram graves violações de direitos humanos, exigindo intervenção ética, técnica e articulada do assistente social. De acordo com os princípios que orientam a atuação profissional, assinale a alternativa correta.

- a) A preservação da família deve prevalecer sobre a proteção da vítima.
- b) A vítima deve ser responsabilizada por sua exposição ao risco.
- c) A violência sexual ocorre apenas em contextos de pobreza.
- d) O atendimento deve restringir-se à esfera policial.
- e) A intervenção profissional deve priorizar a escuta qualificada, a proteção integral e a atuação em rede.

34. As desigualdades de gênero, raça e etnia estruturam o acesso desigual aos direitos sociais no Brasil, impactando diretamente a formulação e a implantação das políticas públicas. No contexto da política social brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) As políticas públicas devem tratar todos igualmente, ignorando desigualdades históricas.
- b) A atuação do assistente social deve reconhecer as interseccionalidades e desigualdades estruturais.
- c) Gênero, raça e etnia são irrelevantes para a intervenção profissional.
- d) A abordagem dessas temáticas compromete a neutralidade profissional.
- e) As políticas sociais devem restringir-se à dimensão econômica.

35. A diversidade social, cultural e identitária é elemento central na construção de políticas sociais públicas comprometidas com os direitos humanos. Em conformidade com o projeto ético-político do Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- a) A diversidade deve ser tratada como exceção nas políticas públicas.
- b) O respeito à diversidade e aos direitos humanos orienta a intervenção do assistente social.
- c) A atuação profissional deve pautar-se por valores morais pessoais.
- d) As políticas públicas devem impor padrões culturais hegemônicos.
- e) A diversidade compromete a universalidade dos direitos.

36. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) regulamenta a assistência social como política pública integrante do sistema de seguridade social brasileira,

rompendo com práticas assistencialistas e filantrópicas historicamente predominantes. A partir desse marco legal, a assistência social passa a ser reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado. Diante desse contexto normativo, assinale a alternativa correta.

- a) A assistência social constitui política pública de caráter contributivo, destinada prioritariamente aos trabalhadores formais.
- b) A LOAS mantém a assistência social vinculada a práticas filantrópicas e à benevolência privada.
- c) A assistência social, nos termos da LOAS, é direito do cidadão, independentemente de contribuição à seguridade social.
- d) O acesso à assistência social depende exclusivamente de comprovação de vínculo empregatício.
- e) A LOAS restringe a assistência social a ações emergenciais e temporárias.

37. A LOAS define objetivos específicos para a política de assistência social, orientando a formulação e a implantação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, especialmente no enfrentamento das vulnerabilidades e dos riscos sociais. Considerando os objetivos da assistência social previstos na LOAS, é correto afirmar que:

- a) A assistência social tem como objetivo principal a substituição do trabalho como meio de subsistência.
- b) A política de assistência social visa à proteção social, à garantia de mínimos sociais e ao enfrentamento das vulnerabilidades.
- c) A assistência social destina-se apenas a situações de calamidade pública.
- d) A proteção social restringe-se à concessão de benefícios monetários.
- e) A LOAS exclui ações preventivas do campo da assistência social.

38. A implementação da política de assistência social no Brasil exige uma estrutura organizacional descentralizada e participativa, conforme previsto na LOAS e aprofundado posteriormente pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No que se refere à organização da assistência social prevista na LOAS, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão da assistência social é centralizada exclusivamente na União.
- b) A participação da sociedade civil é incompatível com a gestão da política de assistência social.
- c) Os municípios não possuem responsabilidade na execução da assistência social.
- d) A LOAS prevê a descentralização político-administrativa e a participação da população por meio de instâncias de controle social.
- e) A política de assistência social não admite controle social.

39. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa uma ruptura com a doutrina da situação irregular, instituindo o paradigma da proteção integral e reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A partir dessa mudança de paradigma, assinale a alternativa correta.

- a) Crianças e adolescentes são objetos de tutela e não titulares de direitos.



- b) O ECA mantém a lógica repressiva como eixo central das políticas públicas.
 - c) A proteção integral restringe-se às situações de ato infracional.
 - d) O Estatuto reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento.
 - e) O ECA exclui a família e a sociedade da responsabilidade pela proteção.
-

40. A efetivação dos direitos previstos no ECA depende da implantação de políticas públicas integradas, preventivas e protetivas, com atuação articulada entre diferentes áreas e profissionais, incluindo o assistente social. No contexto da implementação das políticas públicas previstas no ECA, assinale a alternativa correta.

- a) As políticas públicas devem atuar apenas após a ocorrência da violação de direitos.
 - b) A proteção integral pressupõe ações preventivas e articuladas entre políticas setoriais.
 - c) A atuação estatal deve restringir-se ao sistema de justiça.
 - d) A intervenção profissional deve priorizar exclusivamente medidas punitivas.
 - e) A política de atendimento independe da atuação em rede.
-

